

**Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.**  
**– em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras  
referente ao exercício findo em  
31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

1.	INFORMAÇÕES GERAIS.....	8
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
3.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
4.	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	16
5.	IMOBILIZADO.....	16
6.	FORNECEDORES.....	18
7.	CONTAS A PAGAR – CCEE.....	18
8.	PARTES RELACIONADAS.....	19
9.	OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	19
10.	PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS.....	19
11.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	20
12.	RECEITA LÍQUIDA.....	20
13.	CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS).....	21
14.	RESULTADO FINANCEIRO.....	21
15.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	22
16.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO.....	22
17.	COBERTURA DE SEGUROS.....	24
18.	TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	24
19.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	24

CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ VII LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>CIRCULANTES</b>				<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.410	3	Fornecedores	6	5.931	11.796
Contas a receber de clientes	4	1.942	-	Tributos a recolher		293	-
Tributos a recuperar		2	78	Contas a pagar - CCEE	7	4.540	11.616
Partes relacionadas	8	27.253	-	Arrendamentos a pagar	5.1	5	-
Total do ativo circulante		<u>34.607</u>	<u>81</u>	Partes relacionadas	8	105	-
				Outras contas a pagar	9	<u>5.395</u>	<u>3.508</u>
				Total do passivo circulante		<u>16.269</u>	<u>26.920</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Depósitos Judiciais		90	-	Fornecedores	6	3.628	-
Tributos diferidos		154	-	Contas a pagar - CCEE	7	6.468	6.898
Imobilizado	5	89.200	-	Arrendamentos a pagar	5.1	1.109	-
Total do ativo não circulante		<u>89.444</u>	-	Provisão para desmantelamento	5.2	1.120	-
				Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	10	4.093	-
				Outras contas a pagar	9	<u>1.078</u>	-
				Total do passivo não circulante		<u>17.496</u>	<u>6.898</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	11		
				Capital social		127.313	4.880
				Recursos para futuro aumento de capital		-	5.299
				Prejuízos acumulados		<u>(37.027)</u>	<u>(43.916)</u>
				Total do patrimônio líquido negativo		90.286	(33.737)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>124.051</u></u>	<u><u>81</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>124.051</u></u>	<u><u>81</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	12	14.844	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Encargos de uso do sistema de distribuição		(1.816)	-
Depreciações e amortizações		(922)	-
Custo de operação		279	-
Total	13	(2.459)	-
RESULTADO BRUTO		12.385	-
RECEITA (DESPESAS)			
Gerais e administrativas		(4.131)	(12)
Outras receitas (despesas) líquidas		(1.595)	(13.937)
Total	13	(5.726)	(13.949)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		6.659	(13.949)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		56	-
Despesas financeiras		645	(3.026)
Total	14	701	(3.026)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		7.360	(16.975)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(541)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		70	-
Total	15	(471)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		6.889	(16.975)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ VII LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.889	(16.975)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>6.889</u>	<u>(16.975)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ VII LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Recursos para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido negativo</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.409	-	(26.941)	(25.532)
Aumento de capital		1.876	-	-	1.876
Recursos para futuro aumento de capital		-	6.894	-	6.894
Capitalização dos recursos para futuro aumento de capital		1.595	(1.595)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(16.975)	(16.975)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>4.880</u>	<u>5.299</u>	<u>(43.916)</u>	<u>(33.737)</u>
Aumento de capital		111.257	-	-	111.257
Recursos para futuro aumento de capital	11.4	-	5.877	-	5.877
Capitalização dos recursos para futuro aumento de capital	11.3	11.176	(11.176)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	6.889	6.889
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	11	<u>127.313</u>	<u>-</u>	<u>(37.027)</u>	<u>90.286</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		6.889	(16.975)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	5	922	-
Juros sobre passivo de arrendamento	5.1	16	-
Atualização e provisão CCEE	7.1	2.282	-
Multa sobre ressarcimento	7.1	(691)	8.619
Juros sobre fornecedores e tributos a recolher		736	3.024
Juros sobre provisão para desmantelamento		70	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	10	4.093	-
Tributos diferidos		(154)	-
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(1.942)	-
Tributos a recuperar		76	(78)
Depósitos judiciais		(1)	-
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3.755)	1.034
Tributos a recolher		601	(10)
Outras contas a pagar		1.887	3.508
 Pagamento Contas a pagar - CCEE		(10.929)	(6.021)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(310)	-
 Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(210)</u>	<u>(6.899)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado	5,18	(261)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(261)</u>	<u>-</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recursos para futuro aumento de capital	11.4	5.877	6.894
Partes relacionadas	8	1	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>5.878</u>	<u>6.894</u>
 AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>5.407</u>	<u>(5)</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3	8
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.410	3
 AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>5.407</u>	<u>(5)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma sociedade empresária limitada controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), e que faz parte do Complexo Eólico Alto Sertão III (“AS III”), do Grupo Renova, que representa as empresas sob controle direto ou indireto da Renova Energia. A Companhia foi constituída em 25 de julho de 2013 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar.

Em regime de autorização, terá toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2014 (“LER 2014”).

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Data da portaria</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Mulungu	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Quina	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW

1.1 Principais eventos ocorridos no exercício

1.1.1 Operação comercial dos parques eólicos

Em 16 de dezembro de 2022 o Grupo Renova Energia comunicou ao mercado que cumpriu, em 06 de dezembro de 2022, o Estágio 4 da implantação do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, com a entrada em operação comercial de 424,5 MWs, conforme previsto nos marcos do plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1, 2 e 3 também já haviam sido cumpridos pelo Grupo Renova Energia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro, 06 de agosto e 05 de setembro de 2022.

Os parques eólicos Quina e Mulungu entraram em operação comercial conforme apresentado a seguir:

<u>Parque</u>	<u>Início operação comercial</u>	<u>Despacho(*)</u>
Mulungu	03/09/2022	2.453, de 02/09/2022
Quina	06/09/2022	2.472, de 05/09/2022

Nota: da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1.2 Reorganização societária

Com o objetivo de reduzir a necessidade de investimentos no médio prazo bem como mitigar os riscos financeiros e regulatórios decorrentes do atraso na entrega dos parques eólicos, e ainda otimizar o portfólio de contratos, a Renova Energia definiu um plano que inclui priorizar a operação comercial de sua controlada que comercializou energia no Leilão de Energia de Reserva de 2014 (“LER 2014”).

Assim, a controladora Renova Energia solicitou a transferência da autorização e conseqüentemente, dos contratos de fornecimento dos parques eólicos Mulungu, Pau Santo e Quina, que comercializaram energia no LER 2014, da Companhia para as partes relacionadas Centrais Elétricas Itaparica S.A. – em recuperação judicial (“CE Itaparica”) e Centrais Eólicas Unha D’anta a Companhia S.A. – em recuperação judicial (“CE Unha D’Anta”).

Em razão do arquivamento da referida solicitação de transferência, em 27 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia, aprovou a orientação de voto para operação de cisão parcial da parte relacionada CE Itaparica com o objetivo de retornar os ativos relacionados aos Parques Quina e Mulungu para a Companhia.

O parque eólico Pau Santo foi transferido para a parte relacionada CE Unha D’Anta (Nota 1.1.3).

Apresentamos a seguir os saldos incorporados:

ATIVO	<u>31/10/2022</u>	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>31/10/2022</u>
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Outros créditos	27.253	Fornecedores	65
		Partes relacionadas	<u>104</u>
		Total dos passivos circulantes	<u>169</u>
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Depósitos judiciais	89	Fornecedores	2.551
Imobilizado	<u>87.713</u>	Outras contas a pagar	<u>1.078</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>87.802</u>	Total dos passivos não circulantes	<u>3.629</u>
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital social	111.257
TOTAL DOS ATIVOS	<u><u>115.055</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>115.055</u></u>

### 1.1.3 Transferência da autorização do Parque Eólico Pau Santo

Em 15 de junho de 2022, a ANEEL pulicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transferiu a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo para a parte relacionada CE Unha D’Anta. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à CE Unha D’Anta todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

### 1.2 Comercialização de energia

Em 20 de julho de 2015, a Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, contados desde 1º de outubro de 2017.

Parque Eólico	Valores				Prazo			
	Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço Histórico MWh	Preço atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de Reajuste
Mulungu	158.288	56.940	138,90	220,77	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Quina	224.038	80.592	138,90	220,77	out/17	set/37	IPCA	Outubro

## 1.3 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados nas classes III e IV conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados/ impugnados	Pagamentos realizados	Juros	Parcela incorporada	Saldo em 31/12/2022
Classe I - credores trabalhistas	-	1	(1)	-	-	-
Classe III - credores quirografários	5.942	1.854	(160)	162	3.235	11.033
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	-	-	-	-	344	344
<b>Total</b>	<b>5.942</b>	<b>1.855</b>	<b>(161)</b>	<b>162</b>	<b>3.579</b>	<b>11.377</b>

Classes	Saldo em 31/12/2020	Pagamentos realizados	Juros	Saldo em 31/12/2021
Classe III - credores quirografários	5.883	(6)	65	5.942

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação. O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

#### 1.4 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$6.889, mas possui prejuízos acumulados de R\$37.027 (2021, R\$43.916) e capital circulante líquido de R\$ 18.388 (2021, capital circulante líquido negativo de R\$ 26.839).

Em dezembro de 2022, o Grupo Renova concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. Com seus parques em operação comercial, a Administração da Companhia entende que terá os recursos necessários para honrar com seus compromissos.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

## 2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2023.

## 2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

### 2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

##### a.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

##### a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente,

pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subseqüentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 4).

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 6); e
- Contas a pagar - CCEE (nota 7); e
- Transações com partes relacionadas (nota 8).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

### 2.3.2. Ativo imobilizado

#### 2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

#### 2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

#### 2.3.2.3 Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos, para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada

desses ativos. A Companhia adota como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial do parque eólico.

### 2.3.3 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### 2.3.4 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

### 2.3.5 Tributação

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

A Companhia optou pelo regime do lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

## 2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

### 2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensura o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos conta movimento	93	3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.317	-
Total	<u>5.410</u>	<u>3</u>

A Companhia possui aplicação financeira de curto prazo e de alta liquidez que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e está sujeita a menor risco de mudança de valor e foi classificada como equivalentes de caixa. Esse investimento financeiro refere-se a instrumento de renda fixa, remunerado a 97,48% do CDI.

## 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2022</u>
CCEE	1.942

Em 31 de dezembro de 2022 os saldos a receber da CCEE são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

## 5. IMOBILIZADO

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Incorporação</u>	<u>31/12/2022</u>
Imobilizado em serviço				
Geração				
Máquinas e equipamentos	-	261	81.175	81.436
Provisão para desmantelamento	-	1.050	-	1.050
	-	1.311	81.175	82.486
Sistema de transmissão e conexão				
Máquinas e equipamentos	-	-	6.163	6.163
Transmissão				
Máquinas e equipamentos	-	-	375	375
Total do imobilizado em serviço - custo	-	1.311	87.713	89.024
(-) Depreciação				
Geração				
Máquinas e equipamentos	-	(849)	-	(849)
Provisão para desmantelamento	-	(13)	-	(13)
	-	(862)	-	(862)
Sistema de transmissão e conexão				
Máquinas e equipamentos	-	(57)	-	(57)
Transmissão				
Máquinas e equipamentos	-	(3)	-	(3)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	-	(922)	-	(922)
Total do imobilizado em serviço	-	389	87.713	88.102
Direito de uso				
Geração				
Contratos de arrendamento	-	-	1.240	1.240
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	-	(142)	(142)
	-	-	1.098	1.098
Total do imobilizado	-	389	88.811	89.200

## 5.1 Direito de uso – Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia identificou 19 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos,

a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2022</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	166
Direito de uso do ativo arrendado	1.240	(-) Juros a apropriar	<u>(161)</u>
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	<u>(142)</u>	Total do passivo circulante	5
	1.098	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	3.892
		(-) Juros a apropriar	<u>(2.783)</u>
		Total do passivo não circulante	1.109
Ativo total	<u><u>1.098</u></u>	Passivo total	<u><u>1.114</u></u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício despesa de juros sobre obrigações de arrendamento no montante de R\$16.

Em 31 de dezembro de 2022, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2024	162	166
2025	162	166
2026	161	166
2027	160	166
2028	159	166
2029 a 2033	777	831
2034 a 2038	719	831
2039 a 2043	226	831
2044 a 2049	<u>257</u>	<u>569</u>
Total	<u><u>2.783</u></u>	<u><u>3.892</u></u>

## 5.2 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no final da autorização, para retirada de serviço dos ativos relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

## 6. FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores	5.504	11.795
Fornecedores recuperação judicial	<u>4.055</u>	<u>1</u>
	<u>9.559</u>	<u>11.796</u>
Apresentados como:		
Circulante	5.931	11.796
Não circulante	<u>3.628</u>	<u>-</u>
Total	<u>9.559</u>	<u>11.796</u>

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, totaliza R\$4.055, sendo R\$3.711 – Classe III e R\$344 – Classe IV.

## 7. CONTAS A PAGAR – CCEE

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	4.540	11.616
Não circulante	<u>6.468</u>	<u>6.898</u>
Total	<u>11.008</u>	<u>18.514</u>

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$5.900 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.3.

O contrato de Energia de Reserva celebrado entre a Companhia e a CCEE estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

## 7.1 Movimentação:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Ressarcimento</u>	<u>Multa sobre</u> <u>ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Atualização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
CCEE	18.514	2.282	(691)	(10.929)	1.832	11.008
		<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Multa sobre</u> <u>ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Atualização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>
CCEE		15.853	8.619	(6.021)	63	18.514

## 8. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2022	
	Passivo	Resultado
<u>Rateio de despesa<sup>(a)</sup></u>		
Diamantina	105	(105)

Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela parte relacionada Diamantina Eólica Participações S.A. – em recuperação judicial (“Diamantina”), que são rateadas e reembolsadas pelas controladas e partes relacionadas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

## REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item acima.

## 9. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Refere-se substancialmente a:

- a) valor provisionado em favor da CCEE no montante de R\$5.395 (R\$3.508, 2021) referente as penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques eólicos da Companhia. O saldo de 2021 foi publicado pela ANEEL em 17 de outubro de 2022. Em 22 de novembro de 2022 a Aneel em fase recursal proferiu decisão desfavorável ao pleito, razão pela qual, em 12 de fevereiro de 2023, a Companhia, representada pela ABEEÓLICA, distribuiu ação de rito ordinário com pedido de tutela de urgência, a fim de declarar-se a ilegitimidade da aplicação às associadas da exigência de lastro e da penalidade por insuficiência de lastro relativamente à energia de reserva de fontes eólica e solar. Em 03 de fevereiro de 2023 foi deferida tutela provisória de urgência para suspender a aplicação da referida penalidade. A ANEEL e a CCEE foram intimadas processualmente para manifestação nos autos.
- b) valor a pagar, no montante de R\$1.078 relacionado a processo cível, que compõe os credores Classe III do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3.

## 10. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia constituiu provisão no montante de R\$4.093, para risco regulatório considerando que em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (“SFG”), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.006/2022 e 2008/2022 i) aplicando a Companhia penalidade de multa editalícia no montante de R\$4.093, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desses Despachos para o pagamento da multa constante do item (i).

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos referidos despachos. Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da ANEEL para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso.

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 11.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$127.313 (2021, R\$4.880) e está dividido em 12.731.271.885 (2021, 4.879.943) quotas, com valor nominal de R\$0,01 (um centavo) cada uma.

### 11.2 Desdobramento e alteração do valor nominal das quotas

Em 14 de dezembro de 2022, as sócias aprovaram desdobrar as quotas, com valor de R\$1,00 (um real) cada uma, em quotas com valor nominal de R\$0,01 (um centavo) cada uma.

### 11.3 Aumento de capital

Em 14 de dezembro de 2022, as sócias aprovaram o aumento do capital da Companhia em:

1. R\$11.176 realizados mediante a emissão de 11.176.022 novas quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, integralizadas com a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital.
2. R\$87.713 realizados mediante a emissão de 8.771.304.674 nova quotas, pelo preço de emissão de R\$0,01 (um centavo) cada uma, integralizadas com a incorporação do acervo cindido da parte relacionada CE Itaparica, conforme mencionado na nota explicativa 1.1.2.

Ademais, em 24 de fevereiro de 2023, a AGE aprovou a rerratificação do laudo de avaliação alterando o valor da incorporação para R\$111.257, com emissão de 11.125.675.332 quotas, pelo preço de emissão de R\$0,01 (um centavo) cada uma (Nota 19.2).

### 11.4 Recursos para futuro aumento de capital

Recursos aportados pela controladora Renova Energia, no montante de R\$5.877 (2021, R\$6.894). O saldo de R\$11.176 foi capitalizado em 14 de dezembro de 2022, conforme nota acima.

## 12. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2022	
	MWh*	Valor
Geração		
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	23.895,431	15.407
(-) Impostos s/ Receita (PIS/COFINS)		(563)
Total		<u>14.844</u>

## 13. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Custo dos serviços</u>		
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(44)	-
Multa sobre ressarcimento (Nota 7.1)	<u>323</u>	<u>-</u>
	279	-
Depreciações e amortizações (Nota 5)	(922)	-
Encargos do uso do sistema de distribuição		
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	(1.800)	-
Taxa de fiscalização	<u>(16)</u>	<u>-</u>
	(1.816)	-
Total dos custos dos serviços	<u>(2.459)</u>	<u>-</u>
<u>Receitas (despesas)</u>		
Gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	(20)	-
Impostos e taxas	(17)	(12)
Contingências cíveis e regulatórias (Nota 10)	(4.093)	-
Outras despesas (receitas)	<u>(1)</u>	<u>-</u>
	(4.131)	(12)
<u>Outras receitas (despesas)</u>		
Penalidades contratuais e regulatórias (Nota 9)	(1.887)	(3.508)
Multa sobre ressarcimento (Nota 7.1)	369	(8.619)
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	-	(1.810)
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins	<u>(77)</u>	<u>-</u>
	(1.595)	(13.937)
Total	<u>(5.726)</u>	<u>(13.949)</u>

## 14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
		<u>1</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	56	-
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos <sup>(*)</sup>	736	(3.024)
Juros sobre obrigação de arrendamento (nota 5.1)	(16)	-
Juros sobre provisão para desmantelamento	(70)	-
Outras despesas financeiras	<u>(5)</u>	<u>(2)</u>
Total das despesas financeiras	<u>645</u>	<u>(3.026)</u>
Total do resultado financeiro	<u>701</u>	<u>(3.026)</u>

Nota: refere-se a reversão dos juros anteriormente provisionados e não realizado.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2022		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Receita Bruta	17.688	17.688	
Alíquota lucro presumido	8%	12%	
Base de cálculo presumido	1.415	2.123	
Outras receitas	46	46	
Base de cálculo	1.461	2.169	
Alíquota efetiva	25%	9%	
IRPJ e CSLL	(365)	(195)	(560)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	19	-	19
Ajuste IRPJ e CSLL diferidos	45	25	70
IRPJ e CSLL no resultado	(301)	(170)	(471)

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ VII LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos financeiros</b>				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.410	3	5.410	3
Contas a receber de clientes	1.942	-	1.942	-
Partes relacionadas	27.253	-	27.253	-
<b>Passivos financeiros</b>				
Circulante				
Fornecedores	5.931	11.796	5.931	11.796
Contas a pagar CCEE	4.540	11.616	4.540	11.616
Partes relacionadas	105	-	105	-
Não circulante				
Fornecedores	3.628	-	3.628	-
Contas a pagar CCEE	6.468	6.898	6.468	6.898

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
<b>Ativos financeiros</b>				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.410	-	3	-
Contas a receber de clientes	-	1.942	-	-
Partes relacionadas	-	27.253	-	-
<b>Passivos financeiros</b>				
Circulante				
Fornecedores	-	5.931	-	11.796
Contas a pagar CCEE	-	4.540	-	11.616
Partes relacionadas	-	105	-	-
Não circulante				
Fornecedores	-	3.628	-	-
Contas a pagar CCEE	-	6.468	-	6.898

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O plano de recuperação judicial da Companhia permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.3. Assim a Administração entende que, com o

sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

## 17. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

<u>Objeto da Garantia</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Vigência</u>	
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Responsabilidade civil - geral	R\$ 50.000	30/11/2023	30/11/2024
Risco operacional	R\$ 4.620.315	13/06/2023	13/06/2024

## 18. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão desmantelamento	5	1.050	-
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital		-	1.876

## 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 19.1 Homologação aumento de capital da controladora Renova Energia

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores do Grupo Renova Energia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da controladora Renova Energia foi homologado com o valor de R\$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Conseqüentemente, o capital social da controladora Renova Energia passa a ser de R\$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31.235.

### 19.2 Alteração do capital social

Em 24 de fevereiro de 2023, as sócias aprovaram:

- i. a rerratificação do laudo de avaliação alterando o valor da incorporação do acervo cindido para R\$111.257, mediante a emissão de 11.125.675.332 quotas, pelo preço de emissão de R\$0,01 (um centavo) cada uma, passando o capital social da Companhia para R\$127.313.

- ii. o aumento do capital social da Companhia em R\$0,53 (cinquenta e três centavos), mediante a emissão de 53 novas quotas, com valor nominal de R\$0,01 (um centavo) cada uma.
- iii. a redução do capital social da Companhia para absorção do prejuízo acumulado no montante de R\$27.224.

Em razão das deliberações acima o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional passa a ser de R\$127.313 dividido em 12.731.271.885 quotas, com valor nominal de R\$0,01 (um centavo) cada uma, distribuídas entre as sócias da seguinte forma:

Sócias	Quotas	Valor (R\$)	% Participação
Renova Energia S.A. – em recuperação judicial	12.731.271.785	127.313	99,99%
Renovapar S.A. – em recuperação judicial	100	-	0,01%
Total	12.731.271.885	127.313	100,00%

### 19.3 Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

### 19.4 Aditamento aos planos de recuperação judicial (acordo de Standstill)

Em 10 de dezembro de 2023, a Controladora Renova Energia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, em razão da continuidade da negociação mantida no âmbito de sua recuperação judicial com os credores titulares de créditos com garantia real – classe II (“Credores com Garantia Real”), celebrou novos aditamentos ao seu plano de recuperação judicial e ao plano de recuperação judicial das sociedades que compõem o Alto Sertão III (em conjunto, os “Planos”), os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos.

\* \* \*